

Universidade da Maia

Departamento de Ciências Sociais e do Comportamento



A assimilação de experiências problemáticas precoces em ofensores sexuais: um estudo de caso

Ana Filipa Costa Venâncio, 39095

Mestrado em Psicologia Clínica Forense: Intervenção
com Agressores e Vítimas

Orientador Institucional

Professora Doutora Isabel Basto
Professora Doutora Patrícia Pinheiro

Julho de 2022



Agradecimentos

Uma tese de dissertação é realmente um desafio, é um caminho que percorremos com incertezas, receios, com alguns percalços e, por vezes, até solitário. No entanto, também nos faz crescer, amadurece-nos, faz-nos ir para além das capacidades que achávamos ter, instigando a vontade de querer saber sempre mais. Posso até dizer que, no fim, é gratificante olhar para o que conseguimos fazer. Apesar de toda a minha dedicação perante este trabalho há, de facto, pessoas muito importantes que contribuíram para a realização do mesmo e não podia deixar de lhes agradecer.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às minhas orientadoras:

Obrigada, Professora Isabel e Professora Patrícia por terem aceitado trabalhar comigo, por acreditarem e me fazerem acreditar nas minhas capacidades, por me fazerem ver que errar faz parte e por me darem a liberdade que eu precisava para percorrer este caminho. Quero agradecer também a vossa paciência, disponibilidade e empenho.

Em segundo lugar gostaria de agradecer aos meus amigos que partilharam este percurso comigo:

Obrigada, Micaela por todo o apoio, amizade e preocupação, mesmo estando longe. Obrigada por estares sempre ao meu lado e acreditares em mim, mesmo quando nem eu acredito.

Obrigada, André por seres o meu companheiro deste percurso, apoiámo-nos mutuamente e, muitas vezes, trabalhámos juntos. Obrigada pelo incentivo, preocupação e confiança.

Em terceiro lugar, gostaria de agradecer à minha família, principalmente aos meus pais. Obrigada por me proporcionarem uma vida em que é possível estudar e atingir os meus objetivos. Obrigada pelo incentivo e pela motivação. Por me apoiarem e ajudarem nos momentos mais difíceis. Por acreditarem em mim e por me darem a liberdade que eu

preciso para crescer.

Por fim, obrigada Paulo, por seres quem és, por seres o meu porto seguro. Obrigada por estares ao meu lado em todos os momentos, por seres compreensivo, por me ouvires e me fazeres rir. Obrigada por acreditares em mim, por me incentivares, motivares e apoiares incondicionalmente.

Resumo

A investigação tem vindo a confirmar, ao longo do tempo, que crianças que experienciam situações traumáticas na infância têm maior probabilidade de, no futuro, cometerem ofensas sexuais. Apesar disso, quando se pesquisa acerca da intervenção junto de ofensores sexuais parece não haver programas que se foquem nas experiências traumáticas precoces. Já no contexto psicoterapêutico, tem sido utilizado o Modelo de Assimilação com o objetivo de compreender a forma como tais experiências são assimiladas no indivíduo. Ou seja, na intervenção com recurso a este modelo há um processo gradual de assimilação das experiências problemáticas que tem revelado aumentar o bem-estar e o funcionamento adaptativo do indivíduo. Por este motivo, parece ser importante que a intervenção com este modelo seja alargada para outras populações e outros contextos, como na prática forense. Assim sendo, o presente estudo teve como principal objetivo explorar a assimilação das experiências problemáticas precoces por parte dos ofensores sexuais. A amostra era composta por um participante do sexo masculino, com idade superior a 18 anos, a cumprir pena pela prática de crime de violação e cuja infância era caracterizada pela existência de disfuncionalidade familiar e situações problemáticas. Realizou-se uma entrevista semi-estruturada com o intuito de analisar os dados da mesma através da SVR-20 e da APES, de forma a avaliar o risco de reincidência do indivíduo, bem como quão integrada/assimilada estaria ou não a experiência problemática. O indivíduo apresentou níveis médios de assimilação, foi vítima de experiências problemáticas na infância e os itens presentes da SVR-20 sugerem que o risco de reincidência é baixo. Concluindo, parece que a voz problemática começa a integrar-se na comunidade de vozes existente, algo que já pode estar associado ao baixo risco de reincidência.

Palavras-chave: Modelo de Assimilação, Experiências Problemáticas Precoces, Ofensores Sexuais, Risco de Reincidência Criminal

Abstract

Investigation has shown over time that children that suffered trauma have bigger probability to commit sexual abuse. Despite that, when searching for intervention with sexual abusers there are no programs focused in early traumatic experiences. In therapeutic context, Assimilation Model has been used to understand the way these experiences are integrated by individuals. When using this model in intervention, there is a gradual process of assimilation of traumatic experiences, revealing an increase in well-being and adaptive functioning. For that reason, it seems important that intervention with this model can be extended to other populations and contexts, such as the forensic. That being said, the main goal of this study is to explore assimilation of early traumatic experience in sexual abusers. The sample included a male, aged over 18 years, serving a sentence for the crime of rape and who's childhood were marked by the existence of family dysfunction and problematic situations. A semi-structured interview was conducted in order to analyze its own data, through the SVR-20 and APES, to access the risk of recidivism of the individual, as well as how integrated/assimilated the problematic experience was. The individual showed average levels of assimilation, was a victim of problematic childhood experiences and, as the present items from SVR-20 suggests, the risk of recidivism is low. In conclusion, it looks like the problematic voice begins to be integrated into the existing community of voices, something that may already be associated with a low risk of recidivism.

Keywords: Assimilation Model, Early Problematic Experiences, Sexual Offenders, Risk of Criminal Recidivism

Índice

Introdução	2
Enquadramento Teórico	6
1. Ofensa Sexual: Abuso sexual e violação	6
1.1. Abuso Sexual.....	6
1.2. Violação Sexual.....	8
2. Teorias Explicativas da ofensa sexual.....	9
3. Características e Motivações dos Ofensores Sexuais	13
4. Experiências Traumáticas Precoces dos Ofensores Sexuais	16
4.1. Abuso Sexual.....	17
4.2. Abuso Físico	18
4.3. Abuso Psicológico	19
4.4. Outras experiências precoces.....	20
5. Modelo de Assimilação	23
O Presente Estudo.....	24
Método.....	26
Participante	26
Instrumentos.....	26
Procedimentos	30
Procedimentos de Recolha de Dados	30
Procedimentos de Análise de Dados	31
Resultados.....	32
Sexual Violence Risk – 20 (SVR-20)	33
Assimilação de Experiência Problemáticas Precoces (APES).....	34
Descrição das Vozes.....	34
Descrição dos Temas.....	34
Assimilação da experiência problemática nos diferentes temas	36
Discussão	39
Conclusão	43
Referências.....	45

Introdução

Ao analisar os dados estatísticos dos últimos anos verifica-se um aumento dos crimes sexuais, tanto de abuso sexual de menores como de violação de adultos (PORDATA, 2020a, 2020b). Relativamente aos países da União Europeia, os dados estatísticos referentes ao ano de 2018 demonstram que os países que apresentam um número mais elevado de ofensores encarcerados por crimes de violação são: a França, com um total de 4320, a Espanha com um total de 3313 e a Roménia com um total de 1847 (PORDATA, 2020a). Países que apresentam números mais elevados de vítimas de crimes de violação são: a França com um total de 19999, a Alemanha com um total de 9160 e a Suécia com um total de 7958 (PORDATA, 2020b).

Em 2018, em Portugal, houve um total de vítimas de violação de 237, sendo que 22 eram vítimas do sexo masculino e 215 eram vítimas do sexo feminino (PORDATA, 2020b). Estas violações foram perpetradas por 157 ofensores, sendo que apenas 1 deles era do sexo feminino (PORDATA, 2020a). Segundo as estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] (2019), em 2018, foram cometidos 1167 crimes sexuais, incluindo 316 abusos sexuais de crianças, menores de 14 anos de idade, e 134 violações. As vítimas eram, maioritariamente, do sexo feminino e não tinham qualquer relação com o seu ofensor, tal como indicam as estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2019), pois o valor mais alto ao longo dos anos dita que a relação entre ofensores sexuais e as vítimas é maioritariamente “outra/nenhuma” (48.8%). No entanto, deve ter-se em conta a quantidade de abusos sexuais e violações que decorrem no âmbito de violência doméstica, uma vez que em 2018 foram registados 18 e 41 casos, respetivamente (APAV, 2019).

Em 2019, foram registados 187 casos de violação e 305 casos de abuso sexual,

cerca de 0.6% e 1% dos crimes registrados, respetivamente (APAV, 2020). Os últimos dados estatísticos existentes são referentes ao ano de 2020 e foram registrados 144 casos de violação e 836 casos de abuso sexual, cerca de 0.7% e 4.1% dos crimes registrados, respetivamente (APAV, 2021). Verificou-se assim, um aumento de ambos os crimes sexuais, comparativamente aos anos anteriores (APAV, 2021).

O impacto dos crimes sexuais nas vítimas ocorre a vários níveis. As ofensas sexuais têm repercussões graves no ajustamento sexual da vítima (Finkelhor, 2008). Em relação às crianças abusadas sexualmente, tendem a demonstrar vergonha e sentimentos de culpa, estão conscientes do estigma que existe relativamente a estas situações, apresentam sinais de confusão, choro (Finkelhor, 2008) e depressão (Finkelhor, 2008; World Health Organization, 2004). A longo prazo, as crianças dispõem de maior probabilidade de consumir substâncias, apresentar perturbação de pânico, perturbação de stress pós-traumático e tentativas de suicídio (World Health Organization, 2004). Para além disso, a probabilidade de gravidez na adolescência parece aumentar com a iniciação sexual forçada (Silverman et al., 2004). Mulheres adultas que sofreram abuso sexual na infância ou que foram violadas já na idade adulta também tendem a apresentar depressão e dificuldade em relacionar-se com homens (Finkelhor, 2008). Tais semelhanças permitem concluir que as consequências são igualmente graves e é necessário algum tempo para que os sinais de violência atenuem, deixando marcas para o resto da vida (Finkelhor, 2008). De facto, a violência sexual representa um fator de risco para o enfraquecimento da saúde da vítima, uma vez que provoca consequências graves aos níveis físico e mental, principalmente a que é praticada pelo cônjuge (Heise & Garcia-Moreno, 2002). Por exemplo, as vítimas destes crimes, comparativamente aos indivíduos que não são vítimas de violência sexual, recorrem mais vezes aos serviços de urgência ao longo da vida (Heise & Garcia-Moreno, 2002).

No que concerne aos ofensores sexuais, o risco de reincidência é considerado um dos mais elevados (Cann et al., 2004; Gonçalves, 2004), aumentando ou diminuindo tendo em conta a presença/ausência de determinados fatores, como, por exemplo, as distorções cognitivas (APAV, 2013; Gonçalves, 2004). Os ofensores sexuais apresentam racionalizações que lhes permitem saber o que é certo ou errado, incluindo o que é punível por lei, no entanto, têm também distorções cognitivas, principalmente a minimização e a negação, que fazem com que os mesmos relativizem atos ilícitos, possibilitando assim o aumento do risco de reincidência (APAV, 2013). Em 2018, em Portugal, estimou-se que cerca de 106 ofensores condenados por crimes sexuais já tinham sido condenados anteriormente, não havendo referência à tipologia dos crimes prévios (APAV, 2019). Esta elevada reincidência alerta para a necessidade de compreender e tentar identificar fatores que possam contribuir para a reduzir.

Vários autores referem que a existência de alguns fatores de risco na infância, tais como o abuso físico, sexual, psicológico, vinculação insegura e/ou evitante com os cuidadores, exposição à violência interparental, entre outros pode aumentar a probabilidade de os indivíduos, já adultos, praticarem ofensas sexuais (Connolly & Woollons, 2008; Organização Mundial de Saúde, 2010; Simons et al., 2008). Para além disso, pensamos que a integração de experiências problemáticas pode estar relacionada com o risco de reincidência dos ofensores sexuais. Uma vez que se tem verificado que a assimilação de experiências problemáticas na comunidade de vozes produz um bem-estar psicológico para o indivíduo (Basto et al., 2016), supõe-se que possa acontecer o mesmo ao trabalhar as experiências traumáticas precoces com este tipo de ofensores.

Desta forma, este estudo tem como objetivo explorar a assimilação das experiências problemáticas precoces por parte dos ofensores sexuais. Especificamente, pretende-se explorar a relação dos níveis de assimilação dessas experiências com o risco

de reincidência em ofensas sexuais do indivíduo. Para isso, foi realizado um estudo de caso exploratório de um indivíduo do sexo masculino, cuja infância foi marcada por experiências traumáticas e que se encontra a cumprir pena em estabelecimento prisional por ter cometido um crime de violação. Em relação aos instrumentos foi aplicado um questionário sociodemográfico e uma entrevista semi-estruturada que, depois de transcrita, foi analisada com recurso à SVR-20 e à APES. Este estudo poderá trazer contributos importantes para a compreensão da reincidência criminal e para a eventual intervenção com ofensores sexuais. Se percebermos quão impactante é a assimilação das experiências problemáticas precoces para este tipo de ofensores, torna-se possível identificar pistas para a intervenção junto desta população. Desta forma, a intervenção junto deste grupo de ofensores pode contribuir para a diminuição do número de vítimas, bem como do risco de reincidência.

Enquadramento Teórico

1. Ofensa Sexual: Abuso sexual e violação

Os indivíduos apresentam necessidades específicas humanas, como o sexo, que procuram satisfazer através das experiências ambientais, no entanto, para além das formas adequadas de as satisfazer existem, também, formas inadequadas, como a violência sexual (Simons et al., 2008). A ofensa sexual refere-se ao ato sexual ou à tentativa do mesmo, em situações que é indesejado por um dos indivíduos, não abrangendo apenas situações que envolvem a penetração da vulva e/ou do ânus com o pénis, outra parte do corpo ou objetos. Comentários ou insinuações, atos de tráfico ou contra a sexualidade de um indivíduo para outro que não os deseja são, também, considerados ofensas sexuais, independentemente do contexto em que ocorram (Heise & Garcia-Moreno, 2002). Ainda que neste trabalho o foco seja a violação, importa distinguir essa forma de ofensa do abuso sexual.

1.1. Abuso Sexual

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2016), o abuso ou violência sexual de crianças “inclui contato sexual não consensual, efetivado ou tentado; atos não consensuais de natureza sexual que não envolvem contato (tais como voyeurismo ou assédio sexual); atos de tráfico sexual cometidos contra alguém incapaz de recusar ou consentir; e exploração on-line”. Envolve comportamentos sexuais entre uma criança e um adulto, cujas capacidades cognitivas são incompatíveis, para além de a criança não possuir o discernimento ou a capacidade necessária para consentir (Panyella-Carbó, 2021). Na idade adulta, o indivíduo já se desenvolveu completamente, enquanto as crianças se

encontram em constante desenvolvimento e vão atingindo determinadas capacidades ao longo do mesmo (Kagan, 2010). Segundo Finkelhor (2008) os abusos sexuais tendem a ser reiterados e regulares. O abuso sexual envolve comportamentos sexuais como a masturbação, a exposição e o toque dos órgãos genitais, não sendo necessária a ocorrência de uma relação sexual (Finkelhor, 2008). Apesar das ofensas sexuais serem perpetradas, maioritariamente, através do uso de força física, há outros meios cujos ofensores sexuais recorrem quando abusam sexualmente de uma criança (Finkelhor, 2008). Uma dessas formas é a autoridade (Finkelhor, 2008), em que o abusador sexual beneficia da sua posição de superioridade perante a criança para que esta corresponda às suas necessidades (Redondo-Illescas, 2021). O poder da persuasão (Finkelhor, 2008), a chantagem, a intimidação e a ameaça, aproveitando-se da vulnerabilidade física e/ou psicológica da criança, são também formas frequentes para conseguir perpetrar o abuso sexual (Facio & Bermúdez, 2016). Para além do uso da força e da coação, segundo Simons e colaboradores (2002), é necessária a existência de uma diferença de idades de, pelo menos, quatro anos entre o ofensor e a vítima menor de idade. A maior parte dos casos reportados de abuso sexual são contra crianças do sexo feminino, no entanto, a investigação tem demonstrado que a diferença entre o abuso sexual de crianças do sexo feminino e do sexo masculino não é tão grande como se imaginava (Finkelhor, 2008; Organização Mundial de Saúde, 2010).

Segundo o Código Penal Português (Dec-Lei 48/95), no seu artigo 171º, o crime de abuso sexual de crianças, é tipificado da seguinte forma: 1) “Quem praticar acto sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de um a oito anos.” e 2) “Se o acto sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos”.

1.2. Violação Sexual

A violação é uma forma de violência sexual contra vítimas adultas e “consiste na penetração (...) de boca, vagina e/ou ânus, por pénis, outras partes do corpo ou objetos, através da intimidação, ameaça, agressão física, situação de inconsciência ou de incapacidade da vítima para resistir” (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2015). É composta por comportamentos sexuais violentos e considerada crime aos olhos da nossa cultura (McMahon, 2011). Segundo McMahon (2011) a violação não se restringe apenas à penetração vaginal, apesar de esta ser mais frequente em casos de violação do que em casos de abuso sexual de crianças (Finkelhor, 2008). O ofensor, geralmente, recorre à força física e tem conhecimento de que o envolvimento sexual não é consensual (Eriksson, 2011). Relativamente às vítimas de violação são, maioritariamente, adultos do sexo feminino (Finkelhor, 2008). Os casos de violação de adultos do sexo masculino são raros e acontecem, principalmente, entre reclusos, em estabelecimentos prisionais (Finkelhor, 2008). Os casos de violação não são reiterados nem regulares, como a maior parte dos casos de abuso sexual, já que a vítima não conhece o ofensor, exceto em situações em que ambos mantêm uma relação de intimidade (Finkelhor, 2008).

Segundo o Código Penal Português (Dec-Lei 48/95), no seu artigo 164º, o crime de violação é tipificado da seguinte forma: “Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir (...)” ou por meio não compreendido constranger outra pessoa “a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou a sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos (...)” é punido com pena de prisão de um a dez anos.

2. Teorias Explicativas da ofensa sexual

Serão apresentadas brevemente algumas teorias explicativas das ofensas sexuais, tais como, a sociológica, a evolucionista, da adição e a cognitiva. Depois o Modelo de Marshall, uma vez que é mais sólido e robusto do que as teorias anteriores, e a teoria explicativa de Gonçalves (2004) que apresenta três causas explicativas da criminalidade sexual.

Rebocho (2007) sistematiza algumas teorias explicativas da prática de ofensas sexuais, as quais passo a explicar de forma sucinta. A perspectiva sociológica, na qual importa o que cada sociedade considera aceitável, ou não, no que diz respeito à prática sexual. A perspectiva evolucionista que defende que o ser humano tem o instinto de procriar, tal como todos os seres vivos, para isso, a violação é vista como um meio ao qual os indivíduos do sexo masculino recorrem para que seja possível propagar os genes, de forma a dar continuidade à espécie humana. A perspectiva da adição compara os casos de alcoolismo e/ou dos toxicodependentes aos casos de indivíduos que cometem ofensas sexuais. A perspectiva cognitiva defende que os ofensores sexuais têm uma forma distorcida de olhar para a vida e para as situações que os rodeiam no quotidiano, devido a distorções cognitivas, e é através delas que os mesmos consideram que os atos que cometem não são crime e são facilmente justificados.

No entanto, estas teorias, por serem estritamente teóricas e introspectivas, são difíceis de comprovar através da prática clínica, principalmente com ofensores sexuais (Rebocho, 2007). Por isso, após alguns anos, de forma integrativa, desenvolveu-se uma perspectiva que integra alguns fatores que podem influenciar a prática, ou não, de ofensas sexuais – a perspectiva etiológica da violação ou Modelo de Marshall (Rebocho, 2007). Esta teoria é sólida e robusta, comprovada clinicamente, e que fornece uma explicação lógica e clara (Rebocho, 2007). Marshall (2001), como citado em Rebocho (2007),

considera que a agressão e a coação são mecanismos através dos quais o Homem pode atingir os seus objetivos sexuais; no entanto, é verdade que nem todos os indivíduos se revelam agressivos nesse tipo de situações. O autor considera que as respostas agressiva e sexual são muito semelhantes no que diz respeito aos substratos e às ligações neuronais, por isso tornam-se difíceis de distinguir. Devido a isto, é necessário que os indivíduos adquiram comportamentos adequados durante o seu desenvolvimento para que possam responder de forma igualmente adequada aos desejos suscitados pela puberdade, para além disso, tais respostas podem ser, também, influenciadas pela sociedade em geral.

Marshall (2001), como citado em Rebocho (2007), defende que os ofensores sexuais, maioritariamente os violadores, não se identificam com nenhum dos seus progenitores, pois a probabilidade de a sua infância ter sido marcada por abusos por parte dos mesmos é elevada. Desta forma, estas relações familiares fracas e uma vinculação insegura são fatores que podem fomentar a prática de comportamentos desviantes, segundo o mesmo.

O autor refere, também, os meios de comunicação social como um fator que pode influenciar o desenvolvimento das crianças, ao demonstrar diversos temas inapropriados. Através da pornografia, por exemplo, que enfatiza, de forma atrativa, o poder e controlo dos homens, os jovens, maioritariamente inseguros, fantasiam com papéis de relações distorcidas, sentindo tal poder e controlo, o que os leva a concluir que tais comportamentos podem garantir a satisfação dos seus desejos (Marshall, 2001 como citado em Rebocho, 2007). Segundo o mesmo, estas imagens transmitidas pelos meios de comunicação também podem encorajar os jovens mais inseguros, que sentem dificuldades em relacionar-se com raparigas da sua idade, a recorrerem à masturbação precoce. Este tipo de masturbação pode funcionar como uma forma de escapar à infelicidade e como a solução para todos os problemas, sendo ambos considerados

reforços negativo e positivo, respetivamente (Marshall, 2001 como citado em Rebocho, 2007). Defende, ainda, que existem muitos fatores que podem aumentar a probabilidade de os indivíduos enveredarem por caminhos desviantes e praticarem ofensas sexuais, no entanto, tal só acontece se existir oportunidade, independentemente se existe ou não um plano pré-definido. Para além da oportunidade, é necessário que os indivíduos estejam também predispostos para agredir sexualmente. Por fim, para que um indivíduo viole repetidamente é necessário que a predisposição se consolide, tal acontece quando o ofensor fantasia diversas vezes as violações, reforçando os aspetos positivos e ignorando os negativos enquanto se masturba, obtendo assim a gratificação.

Gonçalves (2004) também apresenta uma teoria explicativa da ofensa sexual. Nesta teoria, é possível apontar três causas explicativas da criminalidade sexual. Em primeiro lugar, as causas biológicas. O comportamento sexual dos indivíduos do sexo masculino é conduzido no sistema límbico, no hipotálamo, na zona pré-orbital média e na amígdala. Para além disso, este comportamento também é controlado através da testosterona, uma vez que esta hormona é responsável pelo impulso e motivação sexual. Assim sendo, os indivíduos que cometem ofensas sexuais podem fazê-lo com o intuito de obter prazer sexual, uma vez que a intensidade do orgasmo é reforçadora. Em segundo lugar, as causas psicológicas. O autor refere que padrões de vinculação que não permitem criar laços estruturantes e duradouros entre as crianças e os seus progenitores fazem com que estas se tornem psicologicamente vulneráveis, o que aumenta a probabilidade de, no futuro, ofenderem sexualmente, como será abordado no ponto 4.4. Em terceiro e último lugar, as causas sociais, económicas e culturais. Em relação ao abuso sexual, é importante salientar que é mais comum em famílias carenciadas, uma vez que, havendo maior pobreza, as condições da habitação são escassas e é provável que os espaços de higiene e os quartos sejam partilhados por mais pessoas. Para além disso, é mais frequente a

prostituição da progenitora, o que pode levar ao desenvolvimento de práticas sexuais desadequadas entre irmãos, além de que os rapazes podem criar crenças em torno da sexualidade, vendo-a como uma forma de exploração sexual, de superioridade face às mulheres ou levar à prática de ofensas sexuais.

Num artigo mais recente, Lussier e Cale (2016) apontam quatro gerações que investigaram e teorizaram a agressão sexual e a violação. Estes autores referem que as primeiras três gerações revelaram mais impacto em questões ligadas à justiça, ou seja, resultaram num desenvolvimento que levou a uma aplicação das penas diferente para indivíduos que praticavam crimes de cariz sexual. Relativamente à primeira geração, os autores referiram que foi realizada investigação empírica junto de agressores sexuais encarcerados em estabelecimentos prisionais ou em estabelecimentos psiquiátricos, centrada nas características individuais e na ausência/presença de perturbações mentais. Na segunda geração, o foco passou a ser a população em geral, ou seja, era dado ênfase às influências do meio externo, consideradas predisposições para o desenvolvimento de comportamentos agressivos. Nesta geração olhava-se para as agressões sexuais como um problema social, ao contrário do que acontecia na primeira geração que olhava como um problema de saúde mental (Lussier & Cale, 2016). A terceira geração teve como prioridade perceber qual o risco de reincidência, a longo prazo, para ofensores sexuais que cumpriram pena e perceber a persistência desses indivíduos para a agressão sexual ao longo do tempo. Por fim, a quarta e última geração priorizava a descrição do desenvolvimento da agressão sexual e a identificação de fatores de risco e de proteção (Lussier & Cale, 2016). Para além disso, Lussier e Cale (2016) levantam uma questão centrada na motivação do ofensor para a prática de violação sexual que consiste em perceber se tal ato acontece por prazer sexual ou se o mesmo não está relacionado com a sexualidade. Como resposta à mesma, a perspetiva feminista defende que a agressão

sexual pode estar associada ao patriarcado dentro de relações de poder, controle e dominação e servindo, maioritariamente, para humilhar ou subjugar as mulheres (Lussier & Cale, 2016).

Em suma, parecem existir diversas teorias que procuram explicar a prática de ofensas sexuais. Umas mais focadas em fatores externos outras mais centradas em fatores internos. Tendo em conta que algumas delas se focam na infância dos ofensores parece importante perceber como é que a assimilação das experiências problemáticas vivenciadas pelos mesmos nesta etapa da vida pode estar relacionada com a prática, ou não, de ofensas sexuais na idade adulta.

3. Características e Motivações dos Ofensores Sexuais

Os ofensores sexuais são, na sua maioria, homens com uma baixa escolaridade (Finkelhor, 2008; Organização Mundial de Saúde, 2010). A idade média para o início da prática de ofensas sexuais difere entre abusadores sexuais de crianças e violadores, tendo início médio aos 14 e 16 anos de idade, respetivamente. Os ofensores sexuais podem ser conhecidos ou estranhos para a vítima e perpetraram a violência sexual contra pessoas de todas as idades (Organização Mundial de Saúde, 2010). Na situação de abuso sexual, os ofensores são predominantemente familiares, podendo ser, por exemplo, tutelares educativos, pais e/ou cuidadores, ou fazem parte da rede de amigos da família (Facio & Bermúdez, 2016; Organização Mundial de Saúde, 2010). No caso de violação, a maior parte das vítimas não conhece o seu ofensor (Finkelhor, 2008). A ofensa sexual é, geralmente, exercida através de coação, do consumo de substâncias involuntário por parte da vítima (Redondo-Illescas, 2021) e/ou da pressão ou coerção verbal (APAV, 2013).

Segundo Redondo-Illescas (2021) as ofensas sexuais derivam de um conjunto de

fatores, dependem da motivação de quem as pratica e da oportunidade adequada. Na maior parte dos casos os ofensores sexuais criam oportunidades para efetivar a ofensa (Redondo-Illescas, 2021). No entanto, existem também situações em que o ofensor aproveita uma ocasião favorável (Redondo-Illescas, 2021). Nestes casos a probabilidade de ocorrência da ofensa diminui quando não existe ninguém ao alcance do ofensor que esteja numa situação de vulnerabilidade, por exemplo, que esteja inconsciente devido ao consumo de substâncias, que não se consiga defender fisicamente e/ou que esteja isolado (Redondo-Illescas, 2021). Para além disto, foram identificadas características internas que podem estar associadas a atos de violência sexual, como perturbações psicopatológicas ou condições biológicas (APAV, 2013).

Londt e Roman (2014) observaram que grande parte dos indivíduos que cometiam ofensas sexuais tinha problemas relacionados com o abuso de substâncias, mais especificamente com o álcool. Podem apresentar lesões cerebrais, perturbações psicóticas, perturbações decorrentes do abuso crónico, demência e epilepsia que podem originar comportamentos sexuais bizarros e/ou agressivos (Matos et al., 2011). Existem, também, alguns fatores de risco que podem aumentar a motivação do ofensor, como predisposições genéticas (Moffitt, 1993), experiências precoces (abordadas no ponto 4), perturbações psicológicas, fantasias sexuais desviantes, distorções cognitivas, isolamento, comportamentos hostis, pobres competências sociais, baixa autoestima, perturbações de ansiedade social, pedofilia e/ou depressão (Martínez-Catena & Redondo, 2020 como citado em Redondo-Illescas, 2021).

Segundo Bogaerts e colaboradores (2005) a probabilidade da ocorrência de ofensas sexuais aumenta aquando da presença de uma perturbação de personalidade, no entanto, as perturbações manifestadas são diferentes consoante o tipo de ofensores sexuais. Relativamente aos abusadores sexuais, em particular, verificou-se que uma

percentagem dos mesmos apresenta traços da perturbação de pedofilia (Finkelhor, 2008). Esta perturbação está integrada no Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-5) designa-se por perturbação de pedofilia (American Psychiatric Association, 2014). O diagnóstico é preenchido quando um indivíduo maior de 16 anos, pelo menos, 5 anos mais velho do que a criança ou caso esta seja pré-púbere, ou seja, menor de 13 anos, apresenta “fantasias sexuais excitantes, impulsos sexuais ou comportamentos, recorrentes e intensos, envolvendo atividade sexual (...)” para com a mesma e atua consoante estes impulsos que lhe provocam mal-estar e/ou dificuldades interpessoais (APA, 2014). Esta perturbação só pode ser diagnosticada quando o indivíduo comete determinados atos, referidos anteriormente. Para além disso, é necessário que as fantasias, impulsos ou comportamentos sexuais descritos acima persistam por, pelo menos, 6 meses (APA, 2014). No entanto, estima-se que indivíduos com perturbações psicopatológicas ou condições biológicas correspondem apenas a 5% dos ofensores sexuais (APAV, 2013).

A procura de menores para a prática de atividades sexuais pode estar relacionada com a existência de disfunções sexuais, como a disfunção erétil e a ejaculação precoce (Matos et al., 2011). O ofensor pode sentir-se inferior perante adultos devido à sua “incapacidade”, para além disso, se recorrer ao uso exagerado de estimulantes pode provocar comportamentos agressivos (Matos et al., 2011). No entanto, existe alguma variabilidade relativamente às características dos ofensores sexuais, uma vez que nem todos apresentam um estilo de vida antissocial, encontrando-se bem inseridos socialmente e possuindo competências educacionais e profissionais (Gonçalves, 2004; Matos et al., 2011).

Para além das características mencionadas acima, Simons e colaboradores (2002) verificaram que os ofensores sexuais podem ter sido expostos a situações de maus-tratos

quando crianças, no entanto, nem todos os tipos de ofensores sexuais foram sujeitos aos mesmos tipos de maus-tratos, havendo algumas diferenças entre as experiências dos abusadores sexuais e dos violadores. Na verdade, estas situações às quais os ofensores foram sujeitos na infância podem estar associadas às ofensas sexuais (Simons et al., 2008). Em seguida exploramos de forma aprofundada o tipo de experiências precoces vividas por alguns ofensores sexuais.

4. Experiências Traumáticas Precoces dos Ofensores Sexuais

As experiências vividas pelos ofensores sexuais têm sido alvo de investigação. Alguns estudos (Simons et al., 2002, 2008) sugerem que a maioria dos ofensores sexuais vivenciaram experiências de carácter traumático durante a infância, como por exemplo, experiências de abuso sexual, físico e psicológico. Desta forma, tais experiências constituem fatores de risco para a perpetração de ofensas sexuais (Simons et al, 2002, 2008).

Os maus-tratos infantis podem ser um forte preditor para a perpetração de ofensas sexuais em idade adulta. Simons e colaboradores (2008) defendem a possibilidade de ser necessário um conjunto de diferentes tipos de abuso para desenvolver o desajustamento que leva às ofensas sexuais, não existindo apenas um fator de risco, mas sim a junção de múltiplas experiências negativas. Importa referir que, de acordo com os mesmos autores, a futura ocorrência destas ofensas pode depender da forma como as crianças percecionaram tais abusos, que podem ter gerado atitudes negativas e comportamentos de externalização. Assim, a não assimilação ou integração de experiências problemáticas precoces em ofensores sexuais pode estar relacionada com a prática do respetivo crime. Em seguida serão apresentadas algumas experiências traumáticas, cujas crianças podem

ser vítimas, e que podem ser preditoras para a perpetração de ofensas sexuais.

4.1. Abuso Sexual

O abuso sexual é uma experiência traumática precoce que aumenta a probabilidade de, na idade adulta, crianças que foram abusadas sexualmente, sejam elas próprias perpetradoras de ofensas sexuais (Organização Mundial de Saúde, 2010). As experiências de abuso sexual podem ser, para a maioria dos indivíduos, um fator de risco, tanto para os ofensores como para as vítimas, uma vez que ambos tendem, geralmente, a aceitar a violência sexual por terem sido expostos à mesma, na infância (Organização Mundial de Saúde, 2010).

Simons e colaboradores (2002) realizaram um estudo com 188 indivíduos condenados pela prática de ofensas sexuais, onde os mesmos abordavam diversas experiências sexuais, de forma detalhada, dos quais foram vítimas na infância. Verificou-se que 70% dos abusadores sexuais e 32% dos violadores sofreram situações de abuso sexual na infância (Simons et al., 2002).

A masturbação precoce também pode estar relacionada com ofensas sexuais, na idade adulta (Marshall & Marshall, 2000). Smallbone e McCabe (2003) observaram que a masturbação de crianças abusadas sexualmente teve início por volta dos 11 anos de idade, menos de 1 ano depois do abuso sexual, apresentando uma diferença significativa em comparação com as crianças que não foram abusadas que iniciam a masturbação mais tarde por volta dos 13,4 anos. Na ausência de amor e afeto, as crianças aprendem a recorrer à masturbação, considerada uma fonte agradável, fiável e garantida, fazendo com que esqueçam os problemas, incluindo as experiências traumáticas precoces, ainda que momentaneamente (Marshall & Marshall, 2000). O uso do abuso sexual como estímulo

para a masturbação pode ser usado como mecanismo de *coping* para evitar o sofrimento, aumentando a probabilidade de virem a sentir interesses sexuais por crianças (Marshall & Marshall, 2000).

Também Plummer e Cossins (2016), numa revisão de literatura, observaram que algumas crianças abusadas sexualmente, numa idade igual ou superior a 12 anos, de forma reiterada, grave, tendem a perpetuar abuso sexual na idade adulta (Ogloff et al., 2012). Algo que aumenta se o abuso sexual for praticado por um adulto cuja criança dependa, como por exemplo, uma figura paterna (Hebert et al., 2006). Quando isto ocorre, a criança tende a ver o abuso sexual como aceitável, uma vez que é perpetrado por alguém de quem se espera amor e confiança (Simons et al., 2008). Segundo Simons e colaboradores (2008), os abusadores sexuais de crianças experienciam mais situações de abuso sexual na infância, sendo mais graves e frequentes comparativamente aos violadores, para além disso, são, também, abusados numa idade significativamente mais jovem.

4.2. Abuso Físico

O abuso físico refere-se a um conjunto de agressões físicas perpetradas contra a criança que são prejudiciais para a sua saúde e pode ou não deixar sequelas no seu corpo (Maia et al., 2006). É um fator de risco, no sentido em que crianças que experienciam situações de maus-tratos têm maior probabilidade de, no futuro, formalizarem ofensas, incluindo ofensas sexuais (Organização Mundial de Saúde, 2010). No estudo mencionado anteriormente, realizado por Simons e colaboradores (2002) também foi possível constatar que 70% dos violadores e 43% dos abusadores sexuais de crianças foram expostos a situações de abuso físico durante a infância. De certa forma, as crianças que experienciam situações de abuso físico podem aprender a responder às variadas situações

do quotidiano de forma violenta, algo que vai ter impacto na maneira como se relacionam com os outros (Simons et al., 2008). Comparativamente com os abusadores sexuais, verifica-se que os violadores experienciam mais situações deste género, estando interligadas com maiores situações de violência interparental e abuso psicológico (Simons et al., 2008).

4.3. Abuso Psicológico

O abuso psicológico é definido por Straus (1979) tendo em conta a forma hostil de comunicação, o grau de negatividade e a disfunção, presentes nas relações entre as crianças e os seus cuidadores. Simons e colaboradores (2008) demonstram que este tipo de abuso tem sido considerado quando são abordadas as experiências precoces de ofensores sexuais. O abuso psicológico pode ser manifestado de diferentes formas, como através da rejeição, do isolamento, e da utilização do medo como forma de disciplina, transmitindo à criança que o mundo é um lugar hostil e ignorando-a (Garbarino et al., 1986; Maia et al., 2006). Os cuidadores podem não corresponder de forma adequada às necessidades da criança ao não transmitirem segurança e ao reforçarem aprendizagens inadequadas que dificultem a integração da mesma na sociedade, gerando mal-estar (Garbarino et al., 1986; Maia et al., 2006). Tais situações podem manifestar-se na criança através de ansiedade, depressão ou comportamentos violentos que podem representar perigo para si e/ou para os outros (Arruabarrena, 2011). No estudo realizado por Simons e colaboradores (2008) verificaram que experiências de abuso emocional eram frequentes na história de ambos os ofensores sexuais, violadores e abusadores sexuais.

4.4.Outras experiências precoces

Os ofensores sexuais relembram a sua história desenvolvimental como um conjunto de problemas desde disfunções familiares, problemas interpessoais, negligência e abusos físico, psicológico e emocional (Connolly & Woollons, 2008). Um número elevado refere situações de alcoolismo por parte dos pais, uma relação negativa com a mãe e a ausência do pai (Londt & Roman, 2014). No entanto, nos casos em que o pai estava presente a relação entre este e a criança era, geralmente, abusiva física e emocionalmente (Davids et al., 2015).

Alguns estudos verificaram que, a exposição das crianças à violência interparental pode ser um fator de risco para que estas perpetrem ofensas sexuais na idade adulta (Organização Mundial de Saúde, 2010). No estudo de Simons e colaboradores (2002) a exposição precoce à pornografia, ou seja, antes dos 10 anos de idade, também se revelou ser um fator bastante presente na infância dos ofensores sexuais, verificando-se mais nos casos de abusadores sexuais, comparativamente com os violadores, apresentando valores de 86% e 65%, respetivamente. Para além disso, a bestialidade contra animais é também um comportamento precoce presente nos relatos dos ofensores sexuais quando abordam as suas histórias desenvolvimentais (Simons et al., 2008).

Verificou-se, também, algumas diferenças relevantes relacionadas com a vinculação. Ainsworth e Bowlby (Bretherton, 1992) afirmaram a existência de três tipos de vinculação, ou seja, três tipos de ligação que os cuidadores criam com as crianças, apresentando vínculos seguros, inseguros e evitantes. Em termos genéricos, vinculação segura desenvolve-se quando os cuidadores respondem de forma adequada às necessidades da criança, revelando-se sensíveis; a vinculação insegura é referente a ligações em que os cuidadores se demonstram inconsistentes perante as necessidades da criança; por fim, a vinculação evitante é manifestada pela privação de ligação emocional

cujos cuidadores não respondem às necessidades da criança (Bretherton, 1992). Segundo Simons e colaboradores (2008) quando os ofensores sexuais relembrem a sua infância e a relação que mantinham com os seus cuidadores são poucos os que descrevem uma vinculação segura. Os vínculos que os cuidadores estabelecem com a criança vão influenciar as relações interpessoais que esta terá no futuro (Marshall & Marshall, 2000). Se estes vínculos forem inseguros, a probabilidade de a criança, no futuro, enveredar por atividades criminosas, como ofensas sexuais, aumenta (Marshall & Marshall, 2000).

Relativamente à vinculação insegura, está relacionada com atos de negligência, indiferença, controlo, carência de cuidados e/ou superproteção (Bogaerts et al., 2005). É este tipo de vinculação que os ofensores sexuais experienciam mais frequentemente com os seus cuidadores durante a infância, comparativamente com os seus homólogos não sexuais (Bogaerts et al., 2005). O estudo de McCormack e colaboradores (2002) verificou que os violadores evidenciavam relações mais problemáticas com os seus pais do que com as suas mães, apesar de isto também se verificar no caso dos abusadores sexuais, aferiu-se que acontecia em menor grau. Para além disso, Simons e colaboradores (2008) constataram que é comum os violadores terem desenvolvido laços de vinculação evitantes com os seus cuidadores, mais especificamente pais (figura masculina), ao contrário do que observaram no caso dos abusadores sexuais, uma vez que estes têm tendência a desenvolver vínculos inseguros com ambos os seus cuidadores na infância.

A vinculação insegura pode influenciar a maneira como as capacidades de autorregulação dos indivíduos são desenvolvidas, sendo, normalmente, inibidas, provocando, desta forma, perceções sobre si próprio distorcidas e estados emocionais negativos (Burk & Burkhart, 2003). Consequentemente, o indivíduo, para satisfazer as suas necessidades emocionais e sexuais, recorre à prática de atividades sexuais, o que pode levar à execução de ofensas sexuais resultantes de uma incapacidade de controlar

os seus estados emocionais negativos (Ward & Beech, 2006).

Sigre-Leirós e colaboradores (2016) procuraram avaliar a relação entre os tipos de vinculação e os tipos de ofensas sexuais. Aplicaram o instrumento de avaliação *Egna Minnen Beträffande Uppfostra — My Memories of Upbringing* (EMBU) que, segundo Perris e colaboradores (1980), avalia a perceção dos ofensores sexuais do sexo masculino durante a infância e adolescência, tendo em conta as práticas parentais. Concluíram que tanto os violadores como os abusadores sexuais relembavam pelo menos um dos seus cuidadores como emocionalmente pouco calorosos, ou seja, os comportamentos parentais de afeto, apoio, valorização e aceitação eram pobres (Arrindell et al., 1999; Sigre-Leirós et al., 2016). Enquanto os violadores recordavam os seus pais como tendo estas características, os abusadores sexuais recordavam as mães (Sigre-Leirós et al., 2016). Consequentemente, podem originar-se défices relacionais e de intimidade, fazendo com que estes indivíduos não detenham o que é necessário para se relacionarem com os seus pares (Maniglio, 2012). Assim, cuidadores emocionalmente pouco calorosos geram um impacto negativo na criança, que se percebe a si própria como impossível de ser amada e incompetente (Sigre-Leirós et al., 2016). Isto faz com que esta, na idade adulta, seja incapaz de lidar adequadamente com as suas emoções, reagindo de forma agressiva (Simons et al., 2008).

Em suma, a existência de experiências problemáticas precoces, tais como o abuso sexual, físico e psicológico, a vinculação insegura e evitante, a exposição à violência interparental, a exposição à pornografia, a masturbação e a bestialidade contra animais parecem estar relacionadas com a prática de ofensas sexuais na idade adulta. Neste sentido, a não assimilação destas mesmas experiências problemáticas precoces pode contribuir para um aumento da probabilidade de perpetração deste tipo de crimes.

5. Modelo de Assimilação

O Modelo de Assimilação é um modelo teórico e uma abordagem metodológica que pode ser útil na compreensão da assimilação ou integração de experiências problemáticas (Stiles, 2020), neste estudo, de experiências precoces traumáticas de ofensores sexuais (descritas no ponto 4). Para este modelo, o *self*, ou a identidade pessoal, é metaforicamente composto por uma comunidade de vozes, interligadas entre si, que representam experiências prévias do indivíduo (Osatuke & Stiles, 2006). Por vezes, a estabilidade e equilíbrio desta estrutura são afetadas, uma vez que existem vozes ou experiências que não são congruentes com as vozes já existentes na comunidade de vozes do *self* (Honos-Webb & Stiles, 1998). O desequilíbrio é provocado pela emergência de uma nova voz que altera significativamente a organização do *self* (Osatuke & Stiles, 2006). Por outras palavras, o indivíduo tem uma visão de si próprio, dos outros e do mundo e quando as novas experiências ou vozes não são congruentes com essa visão revelam-se problemáticas (Stiles et al., 1990). Este conflito entre vozes gera um mal-estar psicológico no indivíduo (Basto et al., 2017, 2021) e explica, em alguns casos, a emergência de quadros psicopatológicos.

Sendo assim, a assimilação de experiências problemáticas na comunidade de vozes é importante, pois leva ao bem-estar e ajustamento psicossocial da pessoa (Basto et al., 2016). Para além de que experiências precoces contribuem para a definição do *self* e de vozes problemáticas. A assimilação ocorre através da criação de pontes de significado entre as várias vozes do *self* e as vozes problemáticas (Osatuke & Stiles, 2006). As pontes de significado correspondem à ligação entre a voz dominante e a voz problemática, através de significados comuns, que possibilitam a integração da experiência problemática na comunidade de vozes, de forma gradual (Basto et al., 2021; Stiles, 2011).

Segundo Stiles (2011) estudos prévios dentro do modelo de assimilação têm sido realizados, essencialmente, no contexto psicoterapêutico (e.g., Honos-Webb & Stiles, 1998; Stiles et al., 1990), através da Escala de Assimilação de Experiências Problemáticas (APES). A APES foi adaptada ao Modelo de Assimilação, é composta por oito níveis e revela o grau em que determinada experiência problemática está integrada na comunidade de vozes existente (Stiles et al., 1991). Tem-se verificado, de forma consistente, que níveis mais altos de assimilação estão associados ao sucesso psicoterapêutico e a um bem-estar psicológico do indivíduo (Basto et al., 2016), como por exemplo, em casos de depressão (e.g., Caro Gabalda, 1992, como citado em Caro Gabalda & Stiles, 2009).

Assim sendo, a assimilação de experiências problemáticas parece estar associada a níveis mais elevados de funcionamento adaptativo e a um aumento do bem-estar psicológico (Basto et al., 2016). A utilização deste modelo para explorar a assimilação das experiências precoces traumáticas de ofensores sexuais poderia ser relevante para a melhor compreensão sobre esta população e problemática. Bem como, para perceber se a assimilação de tais experiências pode estar associada, ou não, ao risco de reincidência.

O Presente Estudo

Através da literatura existente, percebeu-se que a presença de experiências problemáticas precoces, como o abuso sexual, físico e psicológico, entre outras, em ofensores sexuais, poderá estar relacionada com a prática do respetivo crime. Desta forma, coloca-se em hipótese que a assimilação dessas experiências possa ter impacto no risco de envolvimento em crimes sexuais, nomeadamente na reincidência. Contudo, isto é uma suposição teórica, por pouco se conhecer sobre o modelo de assimilação noutros contextos e noutras populações, para além do contexto psicoterapêutico.

Neste sentido, pretende-se explorar empiricamente o nível de assimilação das experiências precoces traumáticas e a prática de ofensas sexuais. Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo explorar a assimilação das experiências problemáticas precoces de um violador sexual e a sua relação com o risco de reincidência criminal. Especificamente, pretende-se explorar a relação dos níveis de assimilação dessas experiências com o risco de reincidência em ofensas sexuais. Consideramos que perceber este fenómeno poderá trazer contributos importantes para a intervenção com esta população. Para isso, este estudo é um estudo exploratório de caso. Segundo Stiles (2007), em psicoterapia, os terapeutas têm a vantagem de observar os indivíduos de uma forma mais detalhada e profunda do que a possível em laboratórios ou na vida quotidiana. Cada caso, sendo diferente, permite abordar diferentes aspetos. Assim sendo, estudos de caso permitem ajudar na construção teórica sobre os fenómenos, ou seja, tornam possível validar e reformular a teoria (Stiles, 2007).

Segundo Mann & Fernandez (2006), a intervenção junto de ofensores sexuais tem sido baseada em quatro domínios: ativação sexual desviante, atitudes tolerantes face à ofensa sexual, défices interpessoais e défices de autorregulação, sendo todos eles, fatores de risco psicológicos para os ofensores sexuais. Segundo Gonçalves (2004), enquanto não for possível aplicar estratégias mais baratas e eficazes junto de ofensores sexuais, a intervenção deve focar-se na mudança de competências de relacionamento interpessoal e social, tendo em vista a mudança dos padrões de pensamento e atitudes, que contribuem para o desenvolvimento de comportamentos criminosos. Uma vez que o modelo de assimilação tem tido sucesso na intervenção do contexto psicoterapêutico (Stiles, 2011) parece-nos vantajoso se os resultados forem semelhantes junto de ofensores sexuais. Quanto mais eficaz for a intervenção junto de ofensores, no geral, e ofensores sexuais, especificamente, menor será o número de vítimas.

Método

Participante

Para o presente estudo considerámos como critérios de inclusão: a) ser do sexo masculino, uma vez que estes indivíduos se envolvem mais em crimes de agressão sexual, comparativamente aos indivíduos do sexo feminino (Finkelhor, 2008); b) o cumprimento de pena em estabelecimento prisional devido à execução de crimes de ofensa sexual (abuso sexual ou violação) independentemente da existência ou não de outros tipos de crimes; e c) ter experienciado situações traumáticas precoces durante a infância.

Apesar de ter sido recolhida informação de três indivíduos do sexo masculino, com idade superior a 18 anos e a cumprir pena pela execução do crime de violação, apenas um deles cumpria o critério relativo a ter experienciado situações traumáticas precoces durante a infância. Por este motivo o presente estudo é um estudo de caso exploratório.

O nosso participante chama-se Tomás (nome fictício), tinha 22 anos, nacionalidade portuguesa e era solteiro. Completou o terceiro ciclo do ensino básico e antes de ser preso, em 2020, estava empregado na área da restauração.

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico: Este questionário foi construído pela equipa de investigação para o efeito deste estudo e permitiu fazer um levantamento dos dados sociodemográficos dos participantes, obtendo informação mais detalhada sobre: idade, nacionalidade, nível de escolaridade, estado civil e atividade laboral.

Entrevista Semi-estruturada: Esta entrevista foi desenvolvida pela equipa de investigação e aborda tópicos salientes na literatura: experiências na infância; presença/ausência de diversos tipos de abuso na infância; perceção da relação dos progenitores; impacto da infância na vida atual; motivação para os crimes; perceção sobre

os atos cometidos e respectivas consequências; relação atual com familiares ou amigos próximos; e motivação para a mudança.

Sexual Violence Risk – 20 (SVR-20): Este é um procedimento de avaliação que mede o risco de reincidência de indivíduos condenados pela prática de ofensas sexuais (Gonçalves & Vieira, 2004). Tem como objetivo avaliar o risco de reincidência dos indivíduos, tendo em vista o desenvolvimento de planos de intervenção, nos casos em que se justifique (Monahan & Steadman, 1994). Na base da SVR-20 o conceito de violência sexual refere-se ao “contacto sexual efetivo, tentativa ou ameaça, sem que haja consentimento pela pessoa ou esta esteja impossibilitada de dar esse consentimento” (Gonçalves & Vieira, 2004). É composta por 20 itens relativos a três domínios diferentes: (1) ajustamento psicossocial – 11 itens (e.g., desvio sexual; vítima de abuso na infância; psicopatia; perturbação mental grave; problemas associados ao uso de substâncias; ideação suicida/homicida; problemas no relacionamento; problemas no emprego; passado de ofensas violentas não sexuais; passado de ofensas não violentas; passado de fracasso em medidas alternativas ou de flexibilização), (2) ofensas sexuais – 7 itens (e.g., frequência elevada de ofensas sexuais; ofensas sexuais de múltiplos tipos; ofensas sexuais com agressões físicas; ofensas sexuais com uso de armas ou ameaça de morte; escalada na frequência ou gravidade das ofensas sexuais; extrema minimização ou negação de ofensas sexuais; atitudes de apoio ou desvalorização das ofensas sexuais) e (3) planos futuros – 2 itens (e.g., ausência de planos realistas; atitudes negativas face à intervenção).

Estes itens são cotados pelo avaliador após a recolha de informação junto do participante, ou seja, através da entrevista (Gonçalves & Vieira, 2004). A cotação deve ser elaborada através da presença/ausência dos fatores em que cada item é cotado com: ausência de fator (N); possibilidade do fator estar presente ou parcialmente presente (?); presença de fator (S); ou o fator deve ser omitido porque não há informação sobre a

ausência/presença do mesmo (O; Gonçalves & Vieira, 2004). Concluída a cotação, através do somatório total, define-se o risco de reincidência como alto, moderado ou baixo; para isto, não basta ter apenas a presença de um número elevado de fatores, é necessário, também, verificar a combinação entre os mesmos (Gonçalves & Vieira, 2004). A SVR-20 não possui padrões de referência, como normas ou critérios rígidos, ao contrário do que acontece com outras medidas ou questionários, dependendo do juízo profissional do avaliador (Gonçalves & Vieira, 2004), ou seja, não existem valores de referência para determinar se o risco de reincidência é alto, moderado ou baixo. Kanters e colaboradores (2017) verificaram que, na cotação da SVR-20, o juízo profissional é mais preditivo de reincidência geral do que o método de cotação atuarial.

Escala de Assimilação de Experiências Problemáticas (APES): Representada na tabela 1, avalia o nível de assimilação das experiências problemáticas através da análise do discurso do participante (Caro Gabalda & Stiles, 2009; Stiles et al., 1991). A escala está dividida em oito níveis que representam a integração gradual da voz problemática na comunidade de vozes do *self*, desde a sua dissociação até à sua total integração na comunidade de vozes (Basto et al., 2016; Basto et al., 2017). Níveis mais elevados estão associados a uma maior assimilação da experiência problemática na comunidade de vozes do *self* (Basto et al., 2017; Stiles et al., 1990; Stiles et al., 1991). O acordo entre os avaliadores é fiável quando o Coeficiente de Correlação Intraclassa (ICC) [2,1] é igual ou superior a .6 (Cicchetti, 1994). Em termos do acordo tem-se observado em estudos anteriores níveis iguais a 0.81 (Basto et al., 2017), 0.97 e 0.84 (Basto et al., 2021).

Tabela1*Escala de Assimilação de Experiências Problemáticas*

Estádio	Descrição
0. Evitamento	O conteúdo não está formado; a pessoa não está consciente do problema. O desconforto pode ser mínimo, refletindo o evitamento bem-sucedido.
1. Pensamentos Indesejados	O conteúdo é focado em pensamentos desconfortáveis. A pessoa prefere não pensar neles; os tópicos são sugeridos pelo interlocutor ou por circunstâncias externas. A emoção é frequentemente mais saliente do que o conteúdo e envolve fortes emoções negativas – ansiedade, medo, raiva, tristeza.
2. Consciência vaga/emergência	A pessoa reconhece a experiência problemática e descreve pensamentos desconfortáveis associados, mas não consegue formular o problema claramente. A emoção inclui dor psicológica aguda ou pânico associado a pensamentos e experiências.
3. Clarificação do problema	O conteúdo inclui a colocação clara de um problema – algo que pode ser trabalhado. A emoção é negativa, mas pode ser gerida, não há pânico.
4. Compreensão/Insight	A experiência problemática é colocada em forma de esquema, formulada, compreendida e são estabelecidas ligações claras. A emoção pode ser mista, com compreensões desagradáveis, mas também com

curiosidade e, por vezes, agradável surpresa.

5. Aplicação/Elaboração A compreensão é utilizada para se trabalhar o problema; existem esforços específicos para a resolução do mesmo. A pessoa pode descrever a consideração de alternativas ou a seleção sistemática de percursos de ação. O tom emocional é positivo e otimista.

6. Solução do Problema A pessoa atinge a solução para um problema específico. A emoção é positiva, o cliente está satisfeito, orgulhoso da sua realização. À medida que o problema diminui a emoção torna-se mais neutra.

7. Domínio A pessoa usa de forma bem-sucedida as soluções em novas situações; esta generalização é em grande medida automática e não saliente. A emoção é neutra.

Nota: Retirada de Caro Gabalda & Stiles (2009)

Procedimentos

Procedimentos de Recolha de Dados

Importa referir que o presente estudo foi aprovado pela comissão de ética da Universidade da Maia (ISMAI). A informação do participante foi recolhida no contexto de estabelecimento prisional. Inicialmente, foi contactada a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais de forma a obter autorização para efetuar a recolha da amostra no estabelecimento prisional onde existiam potenciais participantes. De seguida contactámos o estabelecimento prisional em questão com o objetivo de marcar os dias e

as horas para comparecer presencialmente junto dos ofensores. Após este contacto e a aceitação por parte dos indivíduos para colaborar de forma gratuita e sem qualquer oferta de incentivos, deu-se início à recolha de informação.

O contacto entre a autora desta dissertação de mestrado em psicologia clínica forense e o participante teve início com a apresentação ao participante de um consentimento informado que garantia a confidencialidade e anonimato das informações prestadas e dos direitos do mesmo (direito à oposição, à desistência e reclamação e outros). Os procedimentos de recolha de dados do estudo envolveram a aplicação do questionário sociodemográfico e da entrevista semi-estruturada pela autora desta dissertação. As entrevistas, cuja duração foi igual a 1 hora, foram realizadas da parte da manhã em contexto presencial, num gabinete dentro do edifício onde são prestados serviços médicos aos reclusos sem a presença de funcionários do estabelecimento, conforme a disponibilidade dos participantes. Estas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas, removendo todos os dados identificativos.

Procedimentos de Análise de Dados

Foi utilizada a entrevista como técnica de recolha de materiais empíricos sobre as experiências do participante (Aires, 2011). Após a transcrição da mesma, a autora desta dissertação aplicou, em primeiro lugar, o procedimento de avaliação da SVR-20. Depois com a entrevista já transcrita segundo os procedimentos de Mergenthaler e Stinson (1992) a mesma foi codificada. A codificação foi realizada por dois codificadores: um estudante de doutoramento, *expert* na APES, e uma estudante de mestrado em psicologia clínica forense. A aluna recebeu treino durante três meses, com a duração de uma hora e meia semanal. O treino envolveu uma explicação breve acerca do modelo de assimilação, e

com o recurso a sessões de terapia e entrevistas, a definição de vozes problemática e dominante, seleção de temas e de excertos a codificar, e, por fim, codificação. O treino terminou quando o acordo entre codificadores (ICC) foi superior a 0.6 (Cicchetti, 1994).

A codificação com a APES foi composta por quatro passos: (1) familiarização, em que a entrevista foi lida por ambos os codificadores, de forma independente; (2) definição de temas e vozes, em que as situações problemáticas e as vozes dominante e problemática do participante foram identificadas e definidas, também, de forma independente; (3) seleção de excertos, através do consenso, os codificadores selecionaram os excertos da entrevista que caracterizam as vozes; e, por fim, (4) aplicação da APES a passagens dos excertos, de forma independente, por cada um dos codificadores (Basto et al., 2021). Posteriormente, foi calculado o acordo entre as codificações. A fiabilidade entre os codificadores nos níveis da APES foi ICC [2,1] = 0.86, indicando elevado acordo inter-codificadores (Cicchetti, 1994). Os desacordos foram resolvidos por consenso, resultando na codificação final. Com base na codificação final foi calculada a média dos níveis APES atingidos pelo participante na entrevista. Foi explorada a associação desse valor médio com o risco de reincidência do ofensor sexual (avaliado através da SVR-20).

Resultados

Os resultados de cada instrumento serão apresentados separadamente. De uma forma mais global para uma forma mais detalhada, isto é, apresentando primeiro o resultado relativo ao participante e depois explicar de que forma foi obtido. Em primeiro lugar, apresentámos os resultados obtidos através da SVR – 20 (Gonçalves & Vieira, 2004). Em segundo lugar, os resultados através da Escala de Assimilação de Experiências Problemáticas (Caro Gabalda & Stiles, 2009).

Sexual Violence Risk – 20 (SVR-20)

Com recurso ao instrumento SVR – 20 (SVR-20) que permitiu avaliar o risco de reincidência do ofensor sexual, foi possível sugerir que o risco de reincidência do indivíduo é baixo. Uma vez que em relação aos 20 itens do instrumento apenas pareceu ter presentes dois: “vítima de abuso na infância” (percetível através dos excertos “O meu pai nunca foi um pai presente” e “A minha mãe batia-me”), e “passado de ofensas violentas não sexuais” (possível identificar no excerto “apareceu-me um processo de roubo agravado”). Estes dois itens correspondem ao domínio do ajustamento psicossocial, o que permitiu deduzir, também, que, sendo apenas dois (no total de 11 avaliados), o ajustamento psicossocial do indivíduo é normativo.

Não foi possível identificar a presença/ausência de todos os itens do domínio do ajustamento psicossocial com clareza. Em relação ao item “desvio sexual”, não houve qualquer informação referente à prática de ofensas sexuais para além do crime de violação, pelo qual o indivíduo está condenado atualmente, por este motivo deixou-se em aberto a possibilidade de este fator estar ou não presente. Relativamente ao item “problemas associados ao uso de substâncias”, o indivíduo admitiu que, por volta dos 15/16 anos, sentiu curiosidade em relação ao consumo de substâncias e começou a consumir com o seu grupo de pares. No entanto, dentro do estabelecimento não consome nem foi possível prever se voltará a consumir quando for liberto.

No que concerne a eventuais fatores protetores que devem ser considerados para esta avaliação, o indivíduo admitiu ter necessitado de ajuda após ter sido preso e tem recebido acompanhamento psicológico desde então. Para além disso, apresenta admissão sincera de culpabilidade, desejo de mudança, contatos sociais positivos (a avó, a irmã e a mãe) e um maior repertório de competências, como a empatia (Gonçalves, 2003, 2004).

Assimilação de Experiência Problemáticas Precoces (APES)

De seguida, as vozes e os temas serão apresentados com recurso a excertos da entrevista. Os temas abordados foram os mais relevantes e que ocuparam mais tempo durante a entrevista (Basto et al., 2021).

Descrição das Vozes

Foi possível identificar uma voz problemática, que pode ser formulada como “Eu não sou suficientemente bom para ser amado”. Esta experiência parece estar associada à vulnerabilidade e à disfuncionalidade no contexto familiar, devido à experiência traumática precoce de ter sido abandonado pelo pai e à relação pouco afetuosa e abuso físico por parte da mãe. Esta voz foi perceptível através dos seguintes excertos “Se eu tivesse um pai presente, se calhar já tinha outra mentalidade”; “A minha mãe, dou-me bem com ela, mas digamos que não é assim uma relação tipo muito afetuosa”.

Bem como, foi possível identificar, também, uma voz dominante que pode ser formulada como “Eu preciso de agradar aos outros” associada a comportamentos de irresponsabilidade, imaturidade e dependência, no sentido de agradar e de ser amado pelos outros. Esta voz foi perceptível através dos seguintes excertos “(...) tinha umas companhias que não eram muito boas (...) e depois começaram-me a desencaminhar, não queria ir à escola, faltava muito e pronto e comecei a descambar”; “Não tinha aquela maturidade e mentalidade suficientes”.

Descrição dos Temas

As vozes surgiram em três temas distintos. Para cada tema, foi possível identificar

excertos na entrevista realizada.

O primeiro tema – *experiências precoces* – referiu as experiências traumáticas precoces que o indivíduo sofreu em criança, como o abandono por parte do pai e a relação pouco afetuosa e o abuso físico por parte da mãe. Tais experiências foram possíveis de identificar nos seguintes excertos “O meu pai nunca foi um pai presente” e “A minha mãe batia-me”. Para além de viver com a mãe, o ofensor vivia com a avó e com a irmã e demonstrou que as duas são pessoas muito importantes na sua vida. Relativamente ao pai, desapareceu quando o ofensor ainda era criança, impossibilitando o contacto com a família. Voltou por volta dos 15/16 anos do filho, mas desapareceu novamente pouco tempo depois. Este contexto de disfuncionalidade familiar fez com que o indivíduo, desde criança se percecionasse a si próprio como impossível de ser amado.

O segundo tema – *quotidiano antes de ser preso* – foi alusivo ao modo de vida que o indivíduo levava antes de ser preso, manifesto no seguinte excerto: “Eu não tinha aquela maturidade e mentalidade suficientes e aquela responsabilidade do trabalho (...) porque eu ia, mas depois não podia estar com os meus amigos e não podia sair”. O indivíduo conseguia arranjar emprego e manter o mesmo durante algum tempo, mas perdia-o quando tinha comportamentos irresponsáveis e faltava para consumir substâncias com o grupo de pares.

O terceiro e último tema – *experiência de ser preso* – abordou grande parte da experiência que o indivíduo vivenciou desde o momento em que foi preso, as relações que criou no estabelecimento prisional e a sua adaptação ao mesmo, visível no excerto: “Tive muitas confusões no início, mas sempre soube contorná-las (...) Porque eu queria-me integrar, estando aqui dentro”. O indivíduo mantém o contacto com a avó, a irmã e a mãe. No contexto do estabelecimento prisional, considerou dar-se bem com os

profissionais que lá trabalham, demonstrou ter capacidades para manter um emprego e evitar conflitos. Admitiu que no início foi difícil, uma vez que “o crime de violação não é bem visto”, mas apesar disso, conseguiu integrar-se.

Assimilação da experiência problemática nos diferentes temas

Na entrevista, houve uma grande diversidade em termos dos diferentes níveis da APES codificados. No entanto, uma vez que as ocorrências são poucas tais níveis foram analisados de uma forma geral e não por temas. Surgiram alguns níveis baixos (APES 1 e APES 2), níveis médios (APES 3 e APES 4) e níveis altos (APES 5), sendo que o nível médio foi 3 ($\bar{X} = 3,09$). Os níveis de assimilação da experiência problemática são visíveis no gráfico da figura 1. As passagens presentes nesse mesmo gráfico são referentes a mudanças de tema ou mudanças do nível APES.

A presença de níveis baixos (APES 1 e APES 2) está relacionada com pensamentos desconfortáveis em que o indivíduo prefere não pensar ou não consegue formular o problema de forma clara. Quando foram abordados o crime de violação e o motivo pelo qual este aconteceu, o indivíduo não quis relembrar nem falar sobre o mesmo. Admitiu que não foi planeado e que, apesar de não conhecer a vítima pessoalmente, esta conhecia-o, por razões que não foram explícitas. Posto isto, a expressão da voz problemática esteve presente no sentido de não ser bom o suficiente para ser amado, uma vez que cometeu o crime de violação. Isto causou a manifestação da voz dominante, o que o levou a optar por não conversar sobre o crime, revelando uma necessidade de agradar aos outros. O nível APES 1 pode ser exemplificado através do excerto “Não vale a pena estar a relembrar porque o que se passou, passou, e está lá para trás.”, demonstrando que não quer ou que se sente desconfortável em falar sobre o sucedido. O

nível APES 2 pode ser demonstrado pelo excerto “eu não a conhecia, mas ela conhecia-me isso é devido a umas situações que pronto (pausa) que não vale a pena estar a mexer outra vez...”, o que revelou que o indivíduo não conseguiu ainda formular o problema de forma clara.

A presença de níveis intermédios (APES 3 e APES 4) demonstraram que o indivíduo reconhece e compreende o problema, principalmente no que toca ao abandono por parte do pai. A presença de níveis APES 4 revelou que a voz problemática começou a integrar-se na comunidade de vozes existente, o que significa que parece existir um entendimento entre a voz problemática e a voz dominante. Referiu algumas vezes que a presença do pai na sua vida poderia ser motivo para que as coisas acontecessem de forma diferente. Durante a entrevista e, também, referido como fator protetor, o indivíduo admitiu de forma sincera a culpabilidade relativamente ao crime que cometera. Desta forma, foi possível identificar a expressão da voz problemática associada ao receio de não ser bom o suficiente para ser amado, o que fez com que a voz dominante se manifestasse revelando a dependência dos outros e o facto de ser influenciável. O nível APES 3 pode ser exemplificado através do excerto “Se eu tivesse um pai presente se calhar já tinha outra mentalidade” e o nível APES 4 foi visível no excerto “Eu escolhi um caminho errado e quando se escolhe o caminho errado não se vai muito longe”.

A presença do nível alto (APES 5) revela que o indivíduo se esforçou para resolver o problema e considerou alternativas para agir. A integração da voz problemática na comunidade de vozes permitiu ao ofensor experimentar comportamentos/atitude alternativas. Apenas atingiu APES 5 em dois momentos da entrevista. O ofensor revelou que gosta de trabalhar e desde que foi preso tornou-se mais responsável. Para além disso, revelou ter planos futuros como arranjar um emprego para obter estabilidade na vida. Tem vindo a receber acompanhamento psicológico no estabelecimento prisional que admitiu

ser um auxílio para lidar com as várias situações pelas quais passou ou se encontra a passar no momento. Desta forma, pareceram estar a ser considerados comportamentos ou atitudes alternativas para agir perante a voz problemática associada ao facto de não ser suficientemente bom para ser amado, o que provocaria a manifestação da voz dominante associada à necessidade de agradar aos outros. Ou seja, o participante já demonstrou ter consciência em relação ao grupo de pares ser problemático, perceptível no seguinte excerto “entrei para aqui e já vi também certas coisas em relação aos “meus amigos”, se é assim que se pode chamar, que eles eram”. Para além disso, revelou que a sua mentalidade estava diferente e que pretendia ser bem-sucedido no futuro, tal como a irmã, mostrando arrependimento por não o ter feito mais cedo. Algo que foi manifesto no seguinte excerto “a mentalidade está outra e... e vou-me focar só numa coisa (...) ela [a irmã] agora está bem sucedida na vida e eu devia ter feito o mesmo...”. Estes excertos representam um nível APES 5, uma vez que o ofensor delineou percursos de ação, criando planos para o futuro e diferentes formas de agir.

Em termos globais, ainda que se tenha verificado o atingir de níveis elevados na APES, o nível médio foi 3, ($\bar{X} = 3,09$), que sugere uma assimilação moderada da voz problemática. Isto significa que parece começar a existir um contacto claro com a voz problemática e o início de integração da mesma na comunidade de vozes.

Figura 1

Níveis de assimilação da experiência problemática precoce ao longo da entrevista.



Discussão

O presente estudo teve como objetivo explorar a assimilação das experiências problemáticas precoces por parte dos ofensores sexuais. Especificamente, pretendeu-se explorar a relação dos níveis de assimilação dessas experiências com o risco de reincidência em ofensas sexuais do indivíduo. Foi possível verificar no nosso participante a presença de algumas experiências precoces traumáticas, que a literatura indica estarem evidentes em casos de violadores sexuais (Simons et al., 2002, 2008). O ofensor referiu que, na infância, a mãe lhe batia e que tinha uma relação pouco afetiva com a mesma, o que indica que sofreu abuso físico por parte desta. Nas teorias explicativas da ofensa sexual, Marshall (2001), como citado em Rebocho (2007), refere que é comum que os violadores sexuais não se identifiquem com nenhuma das suas figuras parentais, o que aumenta a probabilidade de acontecer quando existe abuso físico por parte dos pais para com a criança. Experienciar abuso físico na infância pode fazer com que a criança adote comportamentos agressivos nas relações com os outros (Simons et al., 2008), bem como

possa vir a praticar, no futuro, ofensas sexuais (Organização Mundial de Saúde, 2010). Tal como indicam Simons e colaboradores (2002), 70% dos violadores sexuais sofreram abuso físico na infância. Para além disso, Londt e Roman (2014) verificaram que um grande número de ofensores sexuais relembra ter uma relação negativa com a mãe. O indivíduo referiu, também, que o seu pai nunca fora um pai presente, algo que Londt e Roman (2014) referem, também, como algo que os ofensores sexuais recordam da sua infância. Esta ausência por parte do pai pode ser interpretada como sendo abuso psicológico, uma vez que pode ser manifestado através da rejeição e do isolamento (Garbarino et al., 1986; Maia et al., 2006). Como referem Simons e colaboradores (2008) é comum que os violadores sexuais desenvolvam vinculações evitantes mais com os seus pais e não tanto com as mães. Desta forma, esta ausência evidencia a possibilidade da existência de uma vinculação insegura, associada a atos de negligência e indiferença (Bogaerts et al., 2005), ou evitante associada a privação de ligação emocional (Bretherton, 1992) entre o indivíduo e o seu pai. Por estes motivos, o indivíduo pode, desde a infância, percecionar-se a si próprio como alguém que é impossível de ser amado e como incompetente (Sigre-Leirós et al, 2016).

Através do modelo de assimilação verificou-se que esta perceção se assemelha à voz problemática identificada no indivíduo associada a experiências de disfuncionalidade familiar, tal como o abandono por parte do pai e a relação pouco afetuosa e abuso físico que tinha por parte da mãe, cuja formulação pode ser “Eu não sou suficientemente bom para ser amado”. Com níveis de APES maioritariamente médios, entre 3 e 4, considera-se que existe uma clarificação e compreensão da experiência problemática (Caro Gabalda & Stiles, 2009). Isto indica que já existe um contacto claro com a voz problemática e que a mesma começa a integrar-se na comunidade de vozes existente.

Em relação ao crime de violação sexual, Redondo-Illescas (2021) refere que

apesar de a maioria dos ofensores criarem oportunidades para praticarem as ofensas sexuais, há casos, como o do nosso participante, em que o ofensor aproveita uma ocasião favorável. Relativamente ao risco de reincidência dos ofensores sexuais, cujos autores defendem que é dos mais elevados (Cann et al., 2004; Gonçalves, 2004), os resultados do nosso participante pareceram demonstrar o contrário, uma vez que os fatores de risco presentes sugeriram que o risco de reincidência do mesmo é baixo.

Posto isto, podem ser elaboradas algumas hipóteses explicativas que contribuíram para a clarificação e compreensão da voz problemática, bem como para o risco de reincidência baixo. O indivíduo admitiu que a ausência do pai pode ter tido impacto no seu desenvolvimento uma vez que reconheceu que se o mesmo estivesse presente a sua mentalidade poderia ser diferente. Admitiu, de forma sincera, ter cometido o crime, bem como, afirmou ter escolhido “o caminho errado”, demonstrando arrependimento quando disse que “quando se escolhe o caminho errado não se vai muito longe”. Para além disso, desde que foi preso começou a idealizar planos para o futuro e revelou maturidade e responsabilidade nos encargos que tinha no estabelecimento prisional.

O risco de reincidência é baixo e os níveis de assimilação da experiência problemática são moderados (APES 3 e APES 4) o que sugere o início da integração da experiência problemática. Em algumas partes da entrevista, verificaram-se, também, níveis baixos. Tendo em conta o que se tem verificado no contexto psicoterapêutico, parece-nos possível sugerir que o início da integração da voz problemática na comunidade de vozes possa estar associado ao risco de reincidência baixo. No entanto, isto não passa de uma suposição que colocámos em hipótese. Apesar de não terem sido ainda realizados estudos prévios do modelo de assimilação aplicado a contextos forenses, os níveis de APES analisados na entrevista parecem começar a ir de encontro aos resultados que se têm verificado no contexto psicoterapêutico. Isto é, como foi dito anteriormente, os níveis

de assimilação moderados parecem estar associados ao baixo risco de reincidência. Assim sendo, níveis elevados de APES parecem estar associados ao bem-estar do indivíduo (Basto et al., 2016).

No entanto, devemos considerar algumas limitações relativamente à avaliação do risco de reincidência, pois pode não ter sido devidamente avaliado considerando o desejo do participante mostrar que não representa risco (desejabilidade social). Posto isto, poderia ser útil recorrer a outros indicadores. No mesmo sentido, o facto de a autora só ter conduzido uma entrevista com o mesmo participante num só momento pode ter resultado em pouca informação para avaliar o nível de assimilação, principalmente mais elevado, atendendo a que não permitiu o aprofundamento dos conteúdos, para além da entrevista ser curta. Apesar de a informação de apenas uma pessoa não ser suficiente para refutar o que a literatura existente demonstra, estudos de caso permitem a reformulação e validação da teoria sobre os fenómenos em estudo (Stiles, 2007).

É de grande relevância referir que este estudo tem mais algumas limitações que podem ter condicionado os resultados. Em primeiro lugar, a estudante de mestrado em psicologia clínica forense possui uma experiência mínima na realização de entrevistas, bem como na exploração de experiências traumáticas. Para além de nunca ter estado anteriormente a fazê-lo em contexto prisional, num gabinete, sozinha com o ofensor. Em segundo lugar, a SVR-20 foi analisada de forma individual pela mesma, no entanto, por ser um instrumento que não possui padrões de referência e que depende do juízo profissional do avaliador (Gonçalves & Vieira, 2004), seria mais fiável se fosse analisada, também, por alguém que detém maior experiência no uso da mesma.

A nossa suposição teórica de que níveis elevados de APES podem diminuir a probabilidade de indivíduos praticarem ofensas sexuais, uma vez que as experiências

problemáticas precoces são congruentes com a comunidade de vozes, parece necessitar de mais investigação. Parece-nos importante analisar mais casos, não só de violadores sexuais como de abusadores sexuais com o intuito de perceber se os resultados se mantêm. Para além disso, parece-nos importante que, estudos futuros, abordem questões como o impacto das questões étnicas e culturais e analisem os diferentes grupos socioculturais no que às ofensas sexuais dizem respeito.

Conclusão

Concluindo, de uma forma geral, o participante do presente estudo parece ter um risco de reincidência baixo e níveis de assimilação moderados, o que significa que a voz problemática parece começar a integrar-se na comunidade de vozes. Tendo em conta estes resultados e o que se tem verificado no contexto psicoterapêutico colocámos em hipótese que o risco de reincidência possa ser baixo uma vez que a voz problemática começa a ser integrada, no entanto, é apenas uma hipótese.

Tendo em conta algumas teorias explicativas, como a de Gonçalves (2004), e alguns estudos (Simons et al., 2002, 2008) que abordam as experiências vivenciadas pelos ofensores sexuais na infância é possível concluir que estas são impactantes no desenvolvimento dos indivíduos. Como tal, podem ser fatores que aumentam a probabilidade de um indivíduo cometer ofensas sexuais no futuro, bem como de ter um elevado risco de reincidência. Desta forma, parece-nos importante que a intervenção junto deste tipo de ofensores se foque, também, na integração das experiências precoces. O uso do modelo de assimilação no contexto forense pode ser uma mais-valia se, como acontece no contexto psicoterapêutico, níveis elevados APES resultarem no bem-estar e no ajustamento psicossocial normativo do indivíduo. Ou seja, se ao longo da integração da

voz problemática na comunidade de vozes o risco de reincidência for diminuindo.

O presente estudo tem limitações para além daquelas referidas anteriormente, principalmente, o facto de existir pouco conhecimento sobre o impacto das experiências problemáticas precoces e o quanto as mesmas estão associadas a ofensas sexuais e ao risco de reincidência. Isto é uma implicação no sentido em que com uma melhor perceção dos fenómenos seria possível uma intervenção mais completa e adequada.

Por todos os motivos referidos anteriormente, incluindo as limitações, parece-nos importante que haja continuidade da aplicação do modelo de assimilação para além do contexto psicoterapêutico. Apesar de não ser possível generalizar tais resultados à população forense, especificamente a ofensores sexuais, devido ao estudo ser um estudo exploratório de caso pode possibilitar a validação e reformulação da teoria sobre estes fenómenos (Stiles, 2007).

Referências

- Aires, L. (2011). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2028>
- American Psychiatric Association (5ªed.). (2014). *Manual de Diagnóstico das Perturbações Mentais*. Climepsi
- Arrindell, W. A., Sanavio, E., Aguilar, G., Sica, C., Hatzichristou, C., Eisemann, M., Recinos, L. A., Gaszner, P., Peter, M., Battagliese, G., Kállai, J., & Ende, J. (1999). The development of a short form of the EMBU: Its appraisal with students in Greece, Guatemala, Hungary and Italy. *Personality and Individual Differences*, 27, 613-628. [https://doi.org/10.1016/S0191-8869\(98\)00192-5](https://doi.org/10.1016/S0191-8869(98)00192-5)
- Arruabarrena, M. I. (2011). Maltrato psicológico a los niños, niñas y adolescentes em la familia: Definición y valoración de su gravedad. *Psychosocial Intervention*, 20, 25-44.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2013). *Manual Unisexo - para o atendimento a vítimas adultas de violência sexual*. https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Manual_UNISEXO.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2015). *Folha Informativa Violência Sexual*. https://apav.pt/apav_v3/images/folhas_informativas/fi_violencia_sexual.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2019). *Estatísticas APAV Crimes Sexuais 2013-2018*. www.apav.pt/ESTATISTICAS
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2020). *Estatísticas APAV Relatório Anual 2019*. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV-Relatorio_Anual_2019.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2021). *Estatísticas APAV Relatório Anual*

2020.

https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2020.pdf

- Basto, I. M., Stiles, W. B., Rijo, D., & Salgado, J. (2017). Does assimilation of problematic experiences predict a decrease in symptom intensity? *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 25, 76-84. <https://doi.org/10.1002/cpp.2130>
- Basto, I., Pinheiro, P., Stiles, W. B., Rijo, D., & Salgado, J. (2016). Changes in symptom intensity and emotion valence during the process of assimilation of a problematic experience: A quantitative study of a good outcome case of cognitive-behavioral therapy. *Psychotherapy Research*, 27(4), 437–449. <https://doi.org/10.1080/10503307.2015.1119325>
- Basto, I., Stiles, W. B., Pinheiro, P., Mendes, I., Rijo, D., & Salgado, J. (2021). Fluctuation in the assimilation of problematic experiences: A comparison of two contrasting cases of Emotion Focused Therapy. *Psychotherapy Research*. <https://doi.org/10.1080/10503307.2021.1892231>
- Bogaerts, S., Vanheule, S., & Declercq, F. (2005). Recalled parental bonding, adult attachment style, and personality disorders in child molesters: A comparative study. *Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 16, 445-458.
- Bretherton, I. (1992). The Origins of Attachment Theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28(5), 759 – 775
- Burk, L. R., & Burkhart, B. R. (2003). Disorganized attachment as a diathesis for sexual deviance Developmental experience and the motivation for sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 8, 487 – 511
- Cann, J., Falshaw, L., & Friendship, C. (2004). Sexual offenders discharged from

- prison in England and Wales: A 21-year reconviction study. *Legal and Criminological Psychology*, 9, 1-10. The British Psychological Society
- Caro Gabalda, I., & Stiles, W. B. (2009). Retrocessos no contexto de terapia linguística de avaliação. *Análise Psicológica*, 2 (XXVII), 199-212
- Connolly, M., & Woollons, R. (2008). Childhood Sexual Experience and Adult Offending: An Exploratory Comparison of Three Criminal Groups. *Child Abuse Review*, 17, 119-132
- Davids, O., Londt, M., & Wilson, L. (2015). Imprisoned Sex Offenders' Chronic Denial and their Childhood Family Environment. *The Open Family Studies Journal*, 7, 42-47
- Decreto-Lei nº 48, 1995. <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/107981223/201708230100/73474071/diploma/indice>
- Eriksson, M. (2011). *Defining Rape: Emerging Obligations for States under International Law?*, 38. Martinus Nijhoff Publishers
- Facio, A. M., & Bermúdez, C. M. (2016). VALÓRAME. Instrumento para la valoración de la gravedad de las situaciones de riesgo, desprotección y desamparo de la infância y adolescência em Andalucía. Junta de Andalucía. https://www.observatoriodelainfancia.es/oia/esp/documentos_ficha.aspx?id=4082
- Finkelhor, D. (2008). *Abuso Sexual Al Menor*. Editorial Pax México
- Garbarino, J., Guttman, E., & Seeley, J. W. (1986). *The psychologically battered child. Strategies for identification, assessment and intervention* (1ª ed.). Jossey-Bass

Publishers

- Gonçalves, R. A. (2004). *Agressores sexuais em meio prisional: investigação, avaliação e intervenção. Direito e Justiça*. Vol. Especial, 127-140
- Gonçalves, R. A. (2003). Ofensores sexuais: Algumas questões em torno da sua caracterização e intervenção. In E. Sá (Coord.), *Quero-te! Psicologia da Sexualidade* (pp., 133-146).
- Gonçalves, R. A., & Vieira, S. (2004). A Avaliação do Risco de Violência Sexual. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 65-80
- Hebert, M., Tremblay, C., Parent, N., Daignault, I. V., & Piche, C. (2006). Correlates of Behavioral Outcomes in Sexually Abused Children. *Journal of Family Violence*, 21, 287–299.
- Heise, L., & Garcia-Moreno, C. (2002). Violence by intimate partners. In E. G. Krug, L. L. Dahlberg, J. A. Mercy, A. B. Zwi & R. Lozano. (Eds.), *World report on violence and health* (pp.87-121) World Health Organization. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1
- Honos-Webb, L., & Stiles, W. B. (1998). Reformulation of assimilation analysis in terms of voices. *Psychotherapy*, 35(1), 23–33. <https://doi.org/10.1037/h0087682>
- Kagan, J. (2010). O Desenvolvimento humano e seus desvios. In A.C. Fonseca (Ed.), *Crianças e Adolescentes: Uma abordagem multidisciplinar* (pp.11–25). Almedina
- Kanters, T., Hornsveld, R. H. J., Nunes, K. L., Zwets, A. J., Muris, P., & Marle, H. J. C. (2017). The Sexual Violence Risk-20: factor structure and psychometric

- properties. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*.
<http://dx.doi.org/10.1080/14789949.2017.1284887>
- Londt, M., & Roman, N. V (2014). The effect of child abuse on adult perpetrators of sex offences: A developmental perspective. *Child Abuse Research: A South African Journal*, 15(1), 9-14
- Lussier, P., & Cale, J. (2016). Understanding the origins and the development of rape and sexual aggression against women: Four generations of research and theorizing. *Aggression and Violent Behavior*. 31, 66-81
- Maia, A. C., Guimarães, C., Magalhães, E., Capitão, L., Campos, M., & Capela, S. (2006, Novembro 28-30). *Experiências adversas e funcionamento actual: um estudo com jovens portugueses*. VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Évora. <https://www.researchgate.net/publication/277040567>
- Mann, R. E., & Fernandez, Y. M. (2006). Sex offender programmes: Concept, theory, and practice. In C. R. Hollin & E. J. Palmer (Eds.), *Offending behaviour programmes: Development, application, and controversies* (pp. 155–178).
- Maniglio, R. (2012). The Role of Parent–Child Bonding, Attachment, and Interpersonal Problems in the Development of Deviant Sexual Fantasies in Sexual Offenders. *Trauma, Violence, & Abuse*, 13(2), 83-96.
- Marshall, W. L., & Marshall, L. E. (2000). The Origins Of Sexual Offending. *Trauma, Violence & Abuse*, 1, 250-263
- Matos, M., Gonçalves, R. A., & Machado, C. (2011). *Manual de Psicologia Forense: Contextos, Práticas e Desafios* (1ªed.). Psiquilíbrios Edições
- McMahon, S. (2011). Changing Perceptions of Sexual Violence Over Time. *National*

Resource Center on Domestic Violence.

[http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.229.909&rep=rep1
&type=pdf](http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.229.909&rep=rep1&type=pdf)

McCormack, J., Hudson, S. M., & Ward, T. (2002). Sexual offenders' perceptions of their early interpersonal relationships: an attachment perspective. *The Journal of Sex Research*, 39, 85-93.

Mergenthaler, E., & Stinson, C. (1992). Psychotherapy Transcription Standards. *Psychotherapy Research*, 2(2), 125-142.
<https://doi.org/10.1080/10503309212331332904>

Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674-701

Monahan, J., & Steadman, H. (1994). *Violence and Mental Disorder*. The University of Chicago Press

Ogloff, J. R. P., Cutajar, M. C., Mann, E., & Mullen, P. (2012). Child sexual abuse and subsequent offending and victimisation: A 45 year follow-up study. *Trends & issues in crime and criminal justice*, 440.
<https://www.aic.gov.au/publications/tandi/tandi440>

Organização Mundial de Saúde. (2010). *Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher Ação e produção de evidência*.
<https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9789241564007/en/>

Organização Mundial de Saúde. (2016). *INSPIRE: seven strategies for ending violence against children*.

<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/207717/9789241565356-por.pdf?ua=1>

- Osatuke, K., & Stiles, W. B. (2006). Problematic internal voices in clients with borderline features: An elaboration of the assimilation model. *Journal of Constructivist Psychology*, 19(4), 287–319. <https://doi.org/10.1080/10720530600691699>
- Panyella-Carbó, M.N., Martin-Fumadó, C., & Gómez-Durán, E. L. (2021). Prevention of drug-facilitated sexual assault. *Revista Española de Medicina Legal*, 47, 24–34. <https://doi.org/10.1016/j.reml.2020.04.001>
- Perris, C., Jacobsson, L., Lindstrom, H., Knorrning, L., & Perris, H. (1980). Development of a new inventory for assessing memories of parental rearing behaviour. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 61, 265–274. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.1980.tb00581.x>
- Plummer, M., & Cossins, A. (2016). The Cycle of Abuse: When Victims Become Offenders. *Trauma, Violence, & Abuse*, 19, 1–19.
- PORDATA. (2020a, Julho 16). *Reclusos por violação: total e por sexo*. <https://www.pordata.pt/Europa/Reclusos+por+viola%c3%a7%c3%a3o+total+e+por+sexo-3316>
- PORDATA. (2020b, Julho 16). *Vítimas de violação: total e por sexo*. <https://www.pordata.pt/Europa/V%c3%adtimas+de+viola%c3%a7%c3%a3o+total+e+por+sexo-3292>
- Rebocho, M. F. (2007). *Caracterização do violador português: um estudo exploratório*. Almedina.
- Redondo-Illescas, S. (2021). Motivación y oportunidad en la explicación y prevención de los delitos sexuales. *Revista Española de Medicina Legal*, 47, 1–2.

<http://dx.doi.org/10.1016/j.reml.2020.12.004>

Sigre-Leirós, V., Carvalho, J., & Nobre, P. J. (2016). Early parenting styles and sexual offending behavior: A comparative study. *International Journal of Law and Psychiatry*, 46, 103-109

Silverman, J. G., Raj, A., & Clements, K. (2004). Dating Violence and Associated Sexual Risk and Pregnancy Among Adolescent Girls in the United States. *Pediatrics*, 114

Simons, D. A., Wurtele, S. K., & Durham, R. L. (2008). Developmental experiences of child sexual abusers and rapists. *Child Abuse & Neglect*, 32, 549-560.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2007.03.027>

Simons, D., Wurtele, S. K., & Heil, P. (2002). Childhood Victimization and Lack of Empathy as Predictors of Sexual Offending Against Women and Children. *Journal of Interpersonal Violence*, 17, 1291-1307.

Smallbone, S. W., & McCabe, B. A. (2003). Childhood attachment, childhood sexual abuse, and onset of masturbation among adult sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15, 1-9.
<https://psycnet.apa.org/doi/10.1023/A:1020616722684>

Stiles, W. B. (2001). Assimilation of problematic experiences. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 38(4), 462-465. <https://doi.org/10.1037/0033-3204.38.4.462>

Stiles, W. B. (2020). Bricoleurs and Theory-Building Qualitative Research: Responses to Responsiveness. In: Lindstad T., Stänicke E., Valsiner. J. (eds) *Respect for Thought. Theory and History in the Human and Social Sciences*. Springer, Cham.
https://doi.org/10.1007/978-3-030-43066-5_20

- Stiles, W. B. (2011). Coming to Terms. *Psychotherapy Research*, 21(4), 367-384
- Stiles, W. B., Elliott, R., Llewelyn, S. P., Firth-Cozens, J. A., Margison, F. R., Shapiro, D. A., & Hardy, G. (1990). Assimilation of problematic experiences by clients in psychotherapy. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 27, 411-420.
- Stiles, W. B., Morrison, L. A., Haw, S. K., Harper, H., Shapiro, D. A., & Firth-Cozens, J. (1991). Longitudinal study of assimilation in exploratory psychotherapy. *Psychotherapy*, 28, 195-206.
- Stiles, W. B. (2007). Theory-building case studies of counselling and psychotherapy. *Counselling and Psychotherapy Research*, 7(2), 122-127
- Straus, M. A. (1979). Measuring Intrafamily Conflict and Violence: The Conflict Tactics (CT) Scales. *Journal of Marriage and Family*, 14, 75-88.
<https://doi.org/10.2307/351733>
- Ward, T., & Beech, A. (2006). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 11, 44-63
- World Health Organization. (2004). *Comparative Quantification of Health Risks Global and Regional Burden of Disease Attributable to Selected Major Risk Factors*. <https://www.who.int/publications/cra/chapters/volume1/0000i-xxiv.pdf>